



Número: **0816379-12.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **06/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
96379 97	13/05/2020 00:15	Despacho	Despacho
96317 62	11/05/2020 16:55	Certidão de conclusão	Certidão
96124 19	10/05/2020 18:22	Petição de Juntada	Petição
96124 20	10/05/2020 18:22	Extrato Pagamento Bolsa Familia e Cópia da CTPS Desemprego	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
91713 20	07/04/2020 17:26	Intimação	Intimação
73016 49	30/11/2019 16:46	Despacho	Despacho
67082 13	14/10/2019 08:42	Certidão	Certidão
66342 36	07/10/2019 22:46	Petição de Juntada	Petição
66342 37	07/10/2019 22:46	Certidão de Inexistência de Declaração de IRF 03 Último Anos	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
60156 01	19/08/2019 23:52	Despacho	Despacho
56100 13	10/07/2019 16:27	Certidão	Certidão
56100 08	10/07/2019 16:27	Certidão	Certidão
55684 71	06/07/2019 22:47	Petição Inicial	Petição Inicial
55684 72	06/07/2019 22:47	01-PETIÇÃO INICIAL-JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	Petição
55684 73	06/07/2019 22:47	02-Procuração e Documentos Pessoais	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
55684 74	06/07/2019 22:47	03-Declaração de Hipossuficiência	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
55684 75	06/07/2019 22:47	04-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
55684 76	06/07/2019 22:47	05-Laudo Médico, B.O, Decl Proprietario e 1º Atendimento	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
55684 77	06/07/2019 22:47	06-Prontuario Médico Hospitalar	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

55684 78	06/07/2019 22:47	07-Informações do Sinistro nº 3180-498884	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
-------------	------------------	---	-------------------------



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

sexta Vara Cível da Comarca de Teresina

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA/PI - CEP: 64000-830

PROCESSO N.º 0816379-12.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTORA: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

DESPACHO

Tendo em conta a documentação acostada ao processo defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora.

Cite-se a ré para, em 15 (quinze) dias, apresentar contestação, com a advertência dos efeitos da revelia (art. 335 e 344, do CPC).

Cumpra-se.

TERESINA(PI), 11 de maio de 2020

Édison Rogério Leitão Rodrigues

Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível da Comarca de Teresina

ak





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho.

TERESINA-PI, 11 de maio de 2020.

LIANA MARIA SOUSA LIMA GONDIM

Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 6ª
VARA CÍVEL FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

Autos do processo nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

REQUERENTE: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “*in fine*” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **REQUERER JUNTADA DE EXTRATO DE PAGAMENTO DE BENEFICIO BOLSA FAMILIA E COPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL/CTPS, DA PARTE AUTORA DEMONSTRANDO SUA CONDIÇÃO DE DESEMPREGO E POR TANTO A FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA ARCAR COM AS DESPESA E CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO;**

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 10 de maio de 2020.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



SAC CAIXA - Reclamações, sugestões e elogios: 0800 726 0101

Ligue Grátis: 0800 707 2003

O portador deste cartão assume o compromisso de cumprir as obrigações do programa ou perderá o direito aos benefícios. Este cartão é pessoal. Em caso de perda ou roubo ligue 0800 726 0207.

CAIXA
www.caixa.gov.br

Ministério do Desenvolvimento
Social e Agrário



PROGRAMA

Bolsa Família

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA
16186033024 01



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

204 633028238-6

23/JUL/2018 HORA DF: 15:43:40

LOT 16.14/99-9
LOCALIDADE: TERESINA
AG. VINCULADA: 1987

CONTROLE: 000/05304

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BENEFICIO SOCIAL

NIS : 161.86033.02.4
NOME : JAIONARA CRUZ MENDES BARBOSA

INSTIT. BENEFICIA
02/2018 BOLSA FAMILIA

VALOR 130,00

VALOR TOTAL 130,00

VALOR RECEBIDO E VALOR A PAGAR
COMPROVANTE DE PAGAMENTO

IMPORTE PAGAMENTO BOLSA FAMILIA - PREVIDENCIA
PARTE DO DIA 23/08

DEBEMOS NO PROGRAMA BOLSA FAMILIA, APOIAR
SUA FAMILIA VALENDO-SE DE TODAS AS OPORTUNIDADES
PARA A FAMILIA E PARA O CARIÓTIPO ALGUMA
RECEITA, ORÇAMENTO E JORNAL, DE TUDO O QUE
TEMOS DISPONIBILIDADE A ESCOLHA, CITAÇÕES, APOIO
MATERIAIS, DE VESTIMENTAS, ALIMENTOS, E MEDICAMENTOS
PARA QUEM TEM FALTA DE RECURSOS
PODESA ATUALIZAR SUAS INFORMAÇÕES NO
CADASTRO ÚNICO SEMPRE QUE ALGO MUDAR NA SUA
FAMILIA, PARA LER DUVIDAS E TER MAIS
INFORMAÇÕES LIGUE PARA 0800 707 2003 CDD.
135 69

204 633028238-6

VIA DO CLIENTE



Você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predis põem a acidentes pela distração.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Parte a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manuseio dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTeira DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 047878 Série 00025-PI



Jaianara da Cruz Mendes
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Jaionara da Cruz Mendes Barbosa
 Loc. Nasc. São Félix do Piauí Est. PI Data 16/11/84
 Filiação Jose da Cruz Barbosa
e Maria da Jesus Mendes da Silva
 Doc. Nº Cert. Nat. 8.445.45.159 V. LVA 13 EXP. 11-06-90

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 08/08/07 DRT São Félix do Piauí-PI

[Assinatura]
 Maria da Conceição da Silva
 Secretária e Chefe do Posto de Identificação

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Nascimento
 Doc.
 Nascimento
 Doc.



12

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: VIKSTAR CONTACT CENTER
 CNPJ: 08.075.274/0004-02
 ENDEREÇO: RUA D Nº 500 DISTRITO
 INDUSTRIAL TERESINA-PI
 CARGO: OPERADOR DE TELEMARKETING
 DATA ADMISSÃO: 09/02/2015
 REMUNERAÇÃO: R\$ 788,00 P/ MÊS
 (SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

Ass. do empregador ou a rogo c/est.

1º 2º
 Data saída 02 de Maio de 2015
 VIKSTAR CONTACT CENTER
 Ass. do empregador ou a rogo c/est.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CNPJ/MF
 Rua Nº
 Município Est.
 Esp. do estabelecimento
 Cargo
 CBO nº
 Data admissão de de
 Registro nº Fis./Ficha
 Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/est.

1º 2º
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/est.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO

Fica intimada a parte autora do despacho de id 7301649.

TERESINA-PI, 7 de abril de 2020.

JOANA LUIZA DA SILVA NASCIMENTO
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Tendo em vista que os documentos juntados não foram suficientes para comprovar a necessidade de justiça gratuita, intime-se a parte autora para apresentar extrato de conta corrente, conta de energia elétrica atualizada, comprovante de rendimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.

TERESINA-PI, 22 de novembro de 2019

Édison Rogério Leitão Rodrigues
Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível da Comarca de Teresina

fm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 14 de outubro de 2019.

ANA SOFIA SILVA CAVALCANTE

Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR DA 6ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA - PI.

Processo nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

Requerente: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "*in fine*" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima **REQUERER A JUNTADA DE CERTIDÃO ANUAL DE INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS 03 ULTIMOS ANOS, PARA FINS DE OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, DEMOSTRANDO SUA FALTA DE CONDIÇÃO DE ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXA;**

A Lei nº 1.060/50 dispõe em seus artigos 2º, parágrafo único, e 4º, §1º, *in verbis*:

Art. 2º. **Gozarão dos benefícios desta Lei** os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único – Considera-se necessitado, para os fins legais, **todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento ou da família.** [grifou-se]

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, **mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.**

§1º. **Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei**, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais. [grifou se]

Destaca-se ainda o artigo 98 do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

O § 3º do artigo 99 (CPC/15) dispõe que se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Da análise dos dispositivos citados, pode-se concluir que para obtenção dos benefícios da justiça gratuita, basta a declaração do requerente de que não dispõe de condições de custear as despesas processuais.

Claramente, eis o que diz a doutrina pátria:

"A CF 5º LXXIV, que garante assistência judiciária e integral aos necessitados que comprovarem essa situação, não revogou a LAJ 4º. Basta a simples alegação do interessado para que o Juiz possa conceder-lhe o benefício da assistência judiciária. Essa alegação constitui presunção 'juris tantum' de que o interessado é necessitado. Havendo dúvida fundada quanto à veracidade da alegação, pode ser exigida do interessado prova da condição por ele declarada. Persistindo dúvida quanto à condição de necessitado do interessado, deve decidir-se a seu favor, em homenagem aos princípios constitucionais do acesso à Justiça (CF 5º, XXXV) e da assistência jurídica integral (CF 5º LXXIV)". (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de



Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 13ª ed., RT, p. 1791)

Contudo, **“o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos”** (art. 99, §2º, do CPC/2015).

Tal dispositivo legal deve ser interpretado à luz do art. 5º, LXXIV, da CF/88, que preconiza que **“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”**.

Assim, embora a declaração de pobreza possua presunção ***“juris tantum”*** de veracidade, ela não é absoluta, já que o magistrado poderá afastá-la caso verifique de acordo com os elementos constantes nos autos, que a requerente não se encontra no alegado estado de hipossuficiência financeira.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA - DECLARAÇÃO DE POBREZA. INDEFERIMENTO DE PLANO - IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DE MISERABILIDADE. OPORTUNIZAÇÃO. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. A declaração de hipossuficiência financeira possui presunção relativa e deve estar de acordo com os elementos do processo. **Havendo dúvida acerca da hipossuficiência do requerente, deve o Magistrado oportunizar a comprovação de sua condição econômica, sob pena de violação aos princípios da ampla defesa e do acesso à Justiça, e também por estar em dissonância com a previsão legal contida no §2º, do art. 99, do CPC/2015.** Recurso provido. (TJMG; AI 1.0382.16.008944-9/001; Rel. Des. Amorim Siqueira; Julg. 07/02/2017; DJEMG 21/02/2017)

Desta forma o requerente junta aos autos documento que **demonstra sua situação junto à Receita Federal, dando conta de que é isento de declarar o Imposto de Renda por ter rendimento mensal inferior ao estabelecido pela Receita**, condições que milita em favor da concessão da benesse e que impõe o deferimento da justiça gratuita.

Assim vejamos alguns julgados, neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C DANOS MORAIS. Empréstimo consignado. Cartão de crédito com reserva de margem consignável. Pedido de justiça gratuita. Determinação para comprovação. Inércia. Pleito indeferido. Insurgência da requerente. **Hipossuficiência demonstrada satisfatoriamente. Exegese dos arts. 98 e 99, § 2º, ambos do código de processo civil. Agravante com renda mensal inferior de 3 (três) salários mínimos, aliada à demonstração de outros elementos. Observância dos critérios utilizados pela defensoria pública do estado. Benesse concedida.** Recurso conhecido e provido. (TJSC; AI 4022747- 37.2017.8.24.0000; Itajaí; Segunda Câmara de Direito Comercial; Rel. Des. Newton Varella Júnior; DJSC 17/04/2018; Pag. 215)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Miserabilidade econômica. Comprovação. **Dispõe a Constituição da República, em seu artigo 5º LXXIV, que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Todavia, não está o julgador obrigado a conceder o benefício com a mera e simples afirmação de pobreza do requerente.** A declaração de pobreza ostenta presunção relativa acerca da gratuidade de justiça, cabendo à parte postulante comprovar a necessidade do benefício. Verbete sumular nº 39 do Tribunal de Justiça. No caso, força é convir que a recorrente se enquadra na situação de hipossuficiência financeira estabelecida pela Lei nº 1.060/50. A



documentação trazida aos autos demonstra a incapacidade financeira da mesma, que se encontra desempregada conforme comprova a CTPS juntada às fls. 115, dos autos de origem, fato este que por si só já demonstra que o pagamento das despesas processuais será feito com dificuldades. Além disso, os extratos bancários acostados às fls. 26/28, demonstram poucos recursos, com saldos em valores baixíssimos. Acrescenta-se a isso, o fato do desabamento, rompimento de dutos e alagamento de sua residência, que danificou todo o seu imóvel e pertences, inclusive desmoronando o muro do imóvel da autora que terá que disponibilizar de valores para reconstruir sua vida. Diante de tais argumentos, aliados à declaração de hipossuficiência, entendo que deva ser concedido o benefício da gratuidade de justiça, pois presume-se que a agravante não tem efetivamente renda que lhe permita arcar com as despesas processuais. Por derradeiro, destaque-se que, a qualquer momento, o benefício da gratuidade pode ser revogado, caso seja demonstrado não mais persistir a dificuldade econômica, nos termos da Súmula nº 43 do Tribunal de Justiça. Recurso a que se dá provimento. (TJRJ; AI 0010419-50.2018.8.19.0000; Rio de Janeiro; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Mario Assis Gonçalves; DORJ 16/04/2018; Pág. 199)

89261652 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. O NCPC veio positivar orientação, há muito consolidada pela jurisprudência, no sentido de considerar relativa a presunção de veracidade que decorre da alegação de hipossuficiência deduzida pela pessoa física. **Nos termos do §2º, art. 99, do NCPC, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade de justiça se houver elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, não sendo este o caso dos autos. Tendo a parte trazido aos autos documentos capazes de comprovar a alegada insuficiência de recursos financeiros, que a impossibilitasse de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, impõe-se o deferimento do benefício da gratuidade judiciária.** (TJMG; AI 1.0079.14.038528-1/002; Rel. Des. Sérgio André da Fonseca Xavier; Julg. 11/04/2018; DJEMG 13/04/2018)

Ademais, o Superior tribunal de Justiça (STJ) enuncia, na Súmula N. 481, o entendimento majoritário dos Tribunais Pátrios, in litteris: **“faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais”.**

Portanto, restando evidenciado pelos documentos acostados resta claro que o Autor não embolsa quantia suficiente para arcar com as custas processuais, sendo imperativa a concessão da benesse da justiça gratuita por parte do Douto Magistrado.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 07 de outubro de 2019.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÓMIO DA SILVA
-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)





Situação das Declarações IRPF 2017

Prezado Contribuinte (CPF 604.639.363-96),

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF 07/10/2019 - 22:40:30

Voltar

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).







Situação das Declarações IRPF 2018

Prezado Contribuinte (CPF 604.639.363-96),

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF 07/10/2019 - 22:41:30

Voltar

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).







Situação das Declarações IRPF 2019

Prezado Contribuinte (CPF 604.639.363-96),

JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF 07/10/2019 - 22:42:31

Voltar

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

A correta interpretação da Lei 1.060/50, associada às previsões trazidas pelo Código de Processo Civil, impõe o entendimento de que para a concessão da gratuidade da justiça não basta a mera declaração de insuficiência de recursos sendo necessária a apresentação de prova concreta e efetiva da impossibilidade de arcar com as despesas processuais.

No mesmo sentido, a redação do art. 5º, LXXIV da Constituição Federal deixa assente a necessidade de prova de insuficiência financeira para o gozo da assistência jurídica gratuita.

Isto posto, e com base no art. 99, § 2º do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, alternativamente, cópia de comprovante de rendimentos, extratos de contas bancárias, conta de luz atualizada, etc.

Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

TERESINA-PI, 19 de agosto de 2019

Édison Rogério Leitão Rodrigues
Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível

mb





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 10 de julho de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816379-12.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 10 de julho de 2019.

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE SOUSA
Secretaria da 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina



PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO





Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12. 813

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO TITULAR
DA ____ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE TERESINA -PI**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT –
INVALIDEZ TOTAL – LIMITAÇÃO FUNCIONAL
DO MEMBRO INFERIOR DIREITO
COMPROMETIDO EM 75% – PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO PAGO A MENOR –
PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DE
13.500,00**

JAIONARAA DA CRUZ MENDES BARBOSA, brasileira, solteira, autônoma, portadora do RG nº: 3.111.000-SSP/PI e do CPF/MF nº: 604.639.363-96, residente e domiciliada na Rua Henriqueta Teixeira nº 2581, Bairro: Santo Antonio, Teresina-PI, CEP: 64028-130 vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT
POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida Senador Dantas, nº 74, 5º andar – centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 200312-205, com arrimo na LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, alterada pela Lei 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos que ora se seguem:

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





PRELIMINARMENTE

I - DO DEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA .

A priori, faz-se necessário o requerimento do benefício da gratuidade da justiça, pois a autora faz jus a tal benefício, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear às despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Assim, a parte Autora junta com a presente afirmação de pobreza, nos termos do Art. 4º, da Lei 1.060/50, onde basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis;

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986).

§1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família na forma do parágrafo único do art. 2º, da Lei 1.060/50.

Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, basta à parte requerente incluir, na própria petição inicial, simples afirmação de não estar em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, consoante disciplina o art. 4º, §1º, da Lei 1.060/50, onde quem afirmar tal condição presume-se POBRE, no sentido legal até prova em contrário.

Neste ínterim a que se mencionar que esse benefício é constitucional, previsto em nossa Constituição Federal, sobre a sobre do art. 5º, XXXV e LXXIV, sendo este uma benesse constitucional, encaixa-se o autor perfeitamente em sua graça.

Nesta esteira o novo Código de Processo Civil, trouxe consigo um sistema inovador que foi a previsão da concessão da benesse da gratuidade da justiça, rotulado no art. 98 do novo Códex Processual Civil.

Há que mencionar também que a Corregedoria Geral da Justiça, já lançou Ofício Circular a todos os Magistrados do Estado, solicitando que os mesmos concedam o benefício ante o preenchimento dos pressupostos para sua concessão. Assim o autor anexa aos autos cópia do Ofício Circular nº: 187/2013-CGJ, **[Doc. Anexo]**.

Diante de tantas obrigações o autor não vê outra saída senão segurar no braço firme da nossa fraterna Justiça, assim ficando claro que o mesmo não detém recursos suficientes para custear o trâmite deste processo sem tirar do sustento e manutenção da sua família. Portanto, pugna-se aqui pelo deferimento da Gratuidade da Justiça e a antecipação de tutela por restar comprovado sua hipossuficiência de recursos financeiros.





II - DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS.

Ainda em sede de preliminar, a peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC, in verbis:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Assim sendo uma faculdade, imposta como meio de facilitar o prosseguimento do feito, é que de pronto fica declarada a autenticidade das cópias e documentos integrantes da presente peça.

DOS FATOS

O presente caso trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 18/04/2018, em que a promovente vinha a trafegar conduzindo uma motocicleta de FLASH/MV TEEN 50 DE PLACA OEF-3406 quando ao olhar pro lado perdeu o controle da moto e caiu, ocasionando o referido acidente, sendo socorrido na ocasião pela Sr.^a Danuncia da Silva e levada para a UPA-RENASCENÇA III e depois transferida para o H.U.T (prontuário nº 278134) conforme Boletim de Ocorrência em anexo **[Doc. Anexo]**.

Neste íterim, ora a Requerente fora levado para UPA-RENASCENÇA III e depois transferida para o H.U.T, para realizar os procedimentos iniciais. **Após os exames foram identificadas fratura na região do MEMBRO INFERIOR DIREITO (PLATOR TÍBIAL)**, onde fora submetido a procedimentos cirúrgicos para a fixação de placa e parafusos metálicos, e que ao final **restou comprometido à limitação funcional do autor em 75%**, conforme laudo do ortopedista Dr. Edmar Sousa Lima Junior CRM-PI 2313 e prontuário médico em anexo, **[Doc. Anexo]**.

Dirigiu-se a Autora à sede da seguradora requerida de posse de vários documentos exigidos por lei para liberação do Seguro DPVAT, a que tem direito junto à **SEGURADORA LÍDER**, responsável pela regulação das indenizações de seguro DPVAT através de pedido administrativo nº 3180/498884, tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme demonstrativo administrativo anexo, **[Doc. Anexo]**.

Desta forma deverá ser pago ao requerente o valor da diferença integral da indenização de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Portanto, recorre à parte Autora, agora, aos braços da Justiça, para fazer valer seu direito à indenização por invalidez, na forma da fundamentação a seguir colacionada.





DO DIREITO

III - DO INTERESSE DE AGIR. VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA. IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.** Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO** :

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.





- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais têm que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligência e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotivá-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.





IV - DO AFASTAMENTO DA CARENÇA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA PELO CONVÊNIO COM TJPI Nº 69/2015.

É crucial trazer à baila processual que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis que existem outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Desta forma e pensando em dirimir com certa rapidez e agilidade os milhares de processos que transitam e são propostos diariamente no Estado, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convênio com a Seguradora Líder de nº 69/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a líder, figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial, com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a seguradora arcará com os honorários periciais.

Outro ponto a ser mencionado é que o Requerente é pessoa pobre e humilde que provem de grandes recursos financeiros, e que necessita com urgência de reanálise judicial, a fim de uma apreciação judicial lhe traga um melhor conforto psíquico e financeiro, uma vez que os pagamentos realizados pela via administrativa, muitas vezes beiram o ridículo de pagamentos para a sequela apresentada, gerando inconformismo e transtornos ao segurado.

Desta forma MM. Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L, além do mais os laudos e exames médicos anexados nos autos, soprem a carência do referido laudo, já que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

Veja Insigne Excelência, que este é o entendimento dos diversos Tribunais do País, conforme farta jurisprudência confeccionada abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE. I - O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT. II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprove a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito. III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei nº 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos. IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, momento em que a seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405





Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12. 813

e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Sumula 43 do STJ. V - Sentença mantida VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PRELIMINARES REJEITADAS - COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ E DO GRAU DE REDUÇÃO FUNCIONAL - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO DANO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não está condicionada ao prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, pois a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A falta de laudo médico comprovando a quantificação e grau das lesões permanentes do autor não configura carência da ação, que somente se verifica quando ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual. Se a cópia do laudo médico apresentado pelo autor e demais documentos não impugnados, demonstram as lesões decorrentes de acidente automobilístico e delimitam o grau da redução funcional por ele apresentado, desnecessária a realização de perícia. Comprovada a invalidez parcial permanente, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. (TJ-MT - APL: 00847669120098110000 84766/2009, Relator: DES. JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO, Data de Julgamento: 23/03/2010, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/04/2010)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. - ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - GRAU DE INVALIDEZ QUE NÃO SE DISCUTE NOS AUTOS, LIMITANDO-SE A DISCUTIR O DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DA REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO DESEJAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O GRAU APURADO NA PERÍCIA ADMINISTRATIVA. - DA ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVA DA INVALIDEZ - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVA A INVALIDEZ DA AUTORA. - INDENIZAÇÃO DPVAT POR INVALIDEZ QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ SUPOSTA - EXEGESE DO ART. 3º, 'B', DA LEI 6.194/74 - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SEGUINDO O MESMO ENTENDIMENTO - JULGADO MODIFICADO NO SENTIDO DE NEGAR O DIREITO DA REQUERENTE AO RECEBIMENTO DE QUALQUER COMPLEMENTAÇÃO. - ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI 1.060/50. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (TJ-PR - AC: 7740354 PR

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





0774035-4, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento:
05/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 632)

Desta forma é que requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

Como se sabe ações de natureza indenizatórias decorrentes de acidentes de trânsito, apesar de não exigirem grande complexidade, é imprescindível que haja a produção de prova pericial, para que seja avaliado o grau de seqüela e a extensão do dano a serem calculados em percentual exigido para pagamento da referida indenização.

Foi pensando nisso que Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Piauí, firmou parceria junto a requerida para pôr fim as milhares de ações existentes no Estado, como meio acelerar o Judiciária e até mesmo garantir o correto pagamento da indenização, firmando assim o convênio 069/2015.

V - DAS PROVAS NECESSÁRIAS. SEGURO DPVAT DIREITO ASSISTENCIAL QUE INDEPENDE DE CULPA.

O direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º, da Lei nº 6.194/74;

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º - **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa**, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

a) OMISSIS

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais. (OMISSIS)

§4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).





Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12. 813

§5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. Redação da LEI N° 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

VI - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI 11.482/07. PARÂMETRO PARA APLICAÇÃO DA TABELA E PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL .

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74, cinge-se sobre a estagnação do valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário-mínimo vigente.

Analizando detidamente a Lei 6.194/74, com redação alterada pela Lei 11.482/07, visualiza-se a inconstitucionalidade pelos motivos a seguir elencados. Dispõem os artigos 3º, II da citada Lei:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Ademais ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **PROVA DO ACIDENTE** e do **DANO DECORRENTE**, conforme insculpido no art. 5º, §1º e §7º, da supracitada lei:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

[...]

§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Estudando-os minuciosamente o tema não se enxerga a devida atualização do valor indenizatório nos eventos previstos na lei, em seu art. 3º.

Vejamos: Por exemplo, o artigo 5º, §7º, citado acima elucida que apenas as indenizações cumpridas fora do prazo para pagamento serão corrigidas monetariamente, não havendo dispositivo de lei expresso que determine a atualização do valor do teto das indenizações securitárias prevista na supracitada lei, como ocorria anteriormente com as atualizações do salário-mínimo na vigência da Lei 6.194/74.





Referida atualização só será possível por uma interpretação ampliativa do CNSP à lei, que se diga, por ser órgão administrativo, não poderá regulamentar o que não está na lei. Anteriormente, o segurado além de ter a indenização variável de acordo com o salário-mínimo, pois a Lei 6.194/74 fixava a indenização naquele, tinha também a correção monetária do valor a ser pago, como nos casos de complementação de indenização, da data do pagamento administrativo a menor.

Com a Lei 11.482/07, extirpada foi aquela primeira atualização e mais significativa do título do seguro, ou seja, de acordo com o salário-mínimo, esse aumentado gradativamente pelo Governo Federal com a justificativa de correção devido a inflação, no entanto, não servindo mais hoje de parâmetro para as indenizações securitárias. Com a nova Lei, só se corrige o valor do fixado nessa (R\$ 13.500,00), e **este, é inalterável.**

Na Lei originária (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários-mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido, como já manifestado.

Percebe-se, desse modo, que a alteração legislativa violou o princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve ser vista com reserva se, somente pode ser aceita, se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não ocorreu na hipótese.

Hoje, há a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição Federal) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).

Ademais, a constitucionalidade da referida Lei, tal como já comparado acima vai defasar (engessar) o valor da indenização securitária aponto desta indenização um dia ser módica para as Seguradoras que recebem por cada veículo automotor, variando o valor do prêmio pagos a si de acordo com o tipo de veículo, tal como se percebe em consulta ao site do Seguro DPVAT.

Na seara do direito internacional, o Brasil foi signatário dos seguintes tratados que reconhecem os direitos sociais como direitos humanos fundamentais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Protocolo de São Salvador (1988) adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Pacto de São José da Costa Rica, sendo que neste último, acolheu expressamente o princípio do não retrocesso social, também chamado de aplicação progressiva dos direitos sociais, princípio esse elucidado anteriormente.





Neste diapasão, constata-se que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais.

VII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

O Novo Código de Processo Civil, previu em seu art. 85, a possibilidade da parte vencida arcar com honorários do advogado da parte vencedora, como meio de amortizar os danos causados decorrentes de despesas e atos do processo, in verbis.

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

Este também já vem sendo o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais superiores, de que a parte vencida, vejamos alguns julgados:

EMBARGOS DE TERCEIROS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA PARTE VENCIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. HONORÁRIOS REDUZIDOS. 1 - À luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que restou vencida na ação. 2 - Apesar dos argumentos suscitados pela União Federal/Fazenda Nacional em sentido contrário, o certo é que a penhora foi realizada equivocadamente em razão de endereço fornecido pela União, não podendo a mesma se eximir dessa responsabilidade. 3 - Para que a Apelante não fosse condenada nos encargos de sucumbência, não poderia ter contestado a ação, resistindo à pretensão da embargante. 4 - Ademais, incumbe ao exequente indicar os bens à penhora. Em caso de negativa, bens de terceiros podem vir a ser constritos, sujeitando-se, por conseguinte, o exequente, aos eventuais ônus sucumbenciais decorrentes da desconstrução por meio de embargos de terceiros. 5 - Segundo o art. 20, § 4º, do CPC, vencida a Fazenda Pública, os honorários podem ser arbitrados em valor fixo ou percentual, consoante apreciação equitativa do juiz e observado o contido nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, da lei processual civil. 6 - Apelação provida em parte. (TRF-2 - AC: 199851010409295 RJ 1998.51.01.040929-5, Relator: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 08/09/2009, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 07/10/2009 - Página: 86)

Desta forma requer, a condenação da Requerida ao pagamento de 20%, sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme disposto no art. 85 do NCPC.





DOS PEDIDOS

Seja recebido e registrado e concedidos os pedidos da presente ação, designando-se, desde logo, audiência de conciliação, citando-se a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas;

1. - Requer a **concessão ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso**, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas processuais conforme estabelece a Lei 1.060/50, art. 5º, XXXV e LXXIV da CF/88, art. 98 do NCPC e Ofício 187/2013 - CGJ;

2. - Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra **condenando a empresa ré ao pagamento da diferença integral da indenização no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, o que totaliza o valor de **R\$: 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, atualizados à data de liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92) condenação a título de *quantum* indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente;

3. - Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;

4. - Requer, em sede de controle difuso de constitucionalidade, **seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais**, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

5. - Requer, ainda, que seja aplicada a multa prevista na resolução nº 14 da SUSEP de 25.10.95 publicada no DOU de 06.03.98 em caso de não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta ação.

6. - O peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC.

7. - **Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L.**, tendo em vista a precária condição financeira do Autor e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da **PERICIA JUDICIAL PELO CONVENIO 69/2015**, firmada entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

8. - Requer ainda seja condenada a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20%, sobre o valor da condenação, conforme art. 85, do NCPC.





Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

9. - Por último caso entenda necessário por parte de Vossa Excelência, seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente, pelo convênio 69/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

Protesta e Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, cálculos e depoimento pessoal do representante da Requerida, e por outros que por ventura vierem a ser necessárias no decorrer do processo.

Dá-se á presente o valor de **R\$: 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 29 de maio de 2019.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÔMIO DA SILVA

-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: Taionara da Cruz Mendes Barbosa		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: Solteira	Profissão: Autônoma
RG nº: 3.111.000-SSP/PI	CPF/MF nº: 604.639.363-96	
Endereço: Rua Henriqueta Teixeira, nº 2581, Bairro: Santo Antonio Cidade de Teresina - PI, CEP 64028-130		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI
(CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por

Invalidez Permanente Advindas por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 20 de fevereiro de 2019.

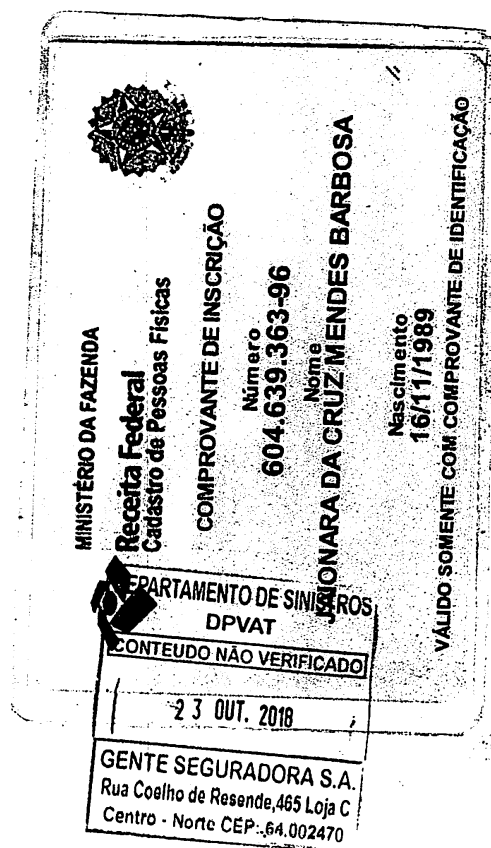
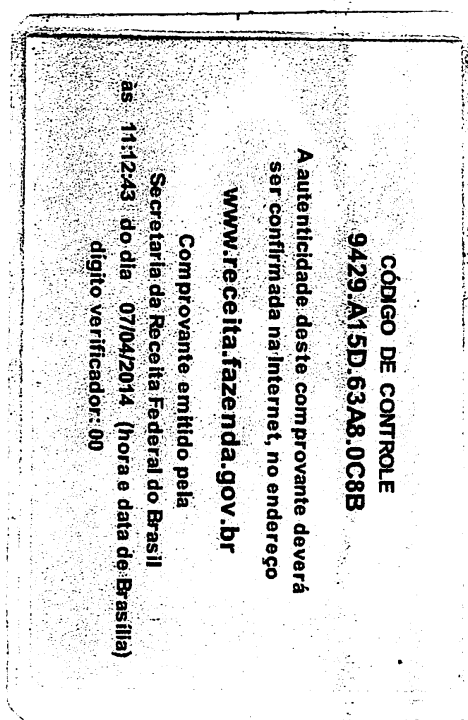
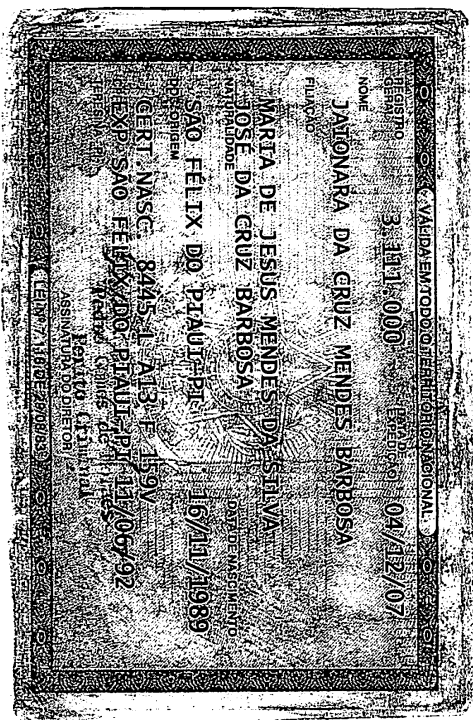
Taionara da Cruz Mendes Barbosa

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



(88199982.3093

Aguas de Teresina
Nossa água muito bem tratada

CNPJ 27157474/000100
RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, 2581 - SANTO ANTONIO - TERESINA - PI - CEP: 64028130
Telefone: 0800 223 2000 ou 115 / (86) 98124-3199

TC 1.37
20180920134529

NOME/ENDEREÇO
MORADOR GEOVANEIDE NUNES DA SILVA
RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, 2581 - SANTO ANTONIO - TERESINA - PI - CEP: 64028130

LOCALIZAÇÃO
013-00069-002275

GRUPO 013 NÚMERO DO HIDRÔMETRO A05L118145

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO	TIPO	LIDO	FATURADO
06-2018	Lido	24	24
07-2018	Medida	20	19
08-2018	Lido	17	17
09-2018	Lido	17	17
10-2018	Lido	14	14
11-2018	Lido	19	19

ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA
1 Residencial - Normal

DATA LEITURA
ANTERIOR 21/08/2018 1742
ATUAL 20/09/2018 1755

CONSUMO MÊS ANTERIOR 13

LEI 12.741/2018
PKS PASEP 15,30 * 1,65K4 = 0,77
COFINS 43,30 * 7,60% = 3,29

TABELA DE TARIFAS

RESIDENCIAL	FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (M)	DESCRÇÃO	REF.	VALOR
0	18 2.6510 50	VALOR REFERENTE AGUA - 41,33		41,33
10	25 4.9-00 50	> Residencial-Normal	13,0 m3	0,06
25	9999999 8.5300 50	JUROS POR ATRASO	08/2018	1,91
		MULTA POR ATRASO	08/2018	1,91

NÃO RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (M)

VENCIMENTO 20/09/2018 TOTAL A PAGAR 43,30

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

NOTIFICAÇÃO

INFORMAMOS QUE SUA LIGAÇÃO DE ÁGUA PODERÁ SER MODIFICADA CASO NÃO ESTEJA DEVIDAMENTE DE ACORDO COM OS PADRÕES.

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços, conforme Leis Federais nº. 11.445/2007, Art. 40, inciso V e nº. 8.987/95, Art. 6º, §3º, inciso II.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
CLORO LIVRE	3.290	3.290	0	1,27	0,20-5,00 mg/L
COR APARENTE	3.349	3.061	288	8,46	Inferior a 15,00
PH	3.353	3.341	12	6,90	6,00-9,50
TURBIDEZ	3.349	3.160	189	2,08	Inferior a 5,00

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
COLIFORMES TOTAIS	905	892	13	Ausencia	Ausente
ESCHERICHIA COLI	905	905	0	Ausencia	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 20/09/2018 HORA DA EMISSÃO: 12:49

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
23 OUT. 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Taionara da Cruz Mendes Barbosa		
Brasileiro (a)	Solteira	Autônoma
RG nº: 3.111.000-SSP/PI	CPF/MF nº: 604.639.363-96	
Endereço: Rua Henriqueta, nº 2581, Bairro: Santo Antonio, Cidade de Teresina-PI, Cep: 64028-130		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (novecentos e noventa e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de fevereiro de 2019.

Taionara da Cruz Mendes Barbosa
(CPF 604 . 639 . 363 - 96)



06/07/2019 22:39

04-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950

Tipo de documento: DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

Descrição do documento: 04-Ofício 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950

Id: 5568475

Data da assinatura: 06/07/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.



CLÍNICA ORTOPÉDICA BUENOS AIRES

Clínica Ortopédica Buenos Aires

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires

Fones: (86) 3214-1600 / 3214-1314 - CEP 64.009-330 - Teresina-Piauí

E-mail: clinicacob@hotmail.com

Sr(a). JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

ACIDENTE DE TRANSITO DIA 18/04/2018
BO=100203.003685/2018-41

HD FRATURA DE PLANALTO TIBIAL D
FEITO OSTEOSINTESE DE FRAT. DO
PLANALTO TIBIAL D

EF DOR + LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM
JOELHO D
F DE 35 GRAUS
RX PERNA D= FRAT DE PLANALTO TIBIAL D
COM SINTESE

RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA
COM PERDA DE 75 % EM JOELHO D

Teresina 14 de Novembro de 2018

Dr. Edmar S. L. Junior
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PI 2313 / CRM-MA 3290

Dr. Edmar de S Lima Junior
Ortopedia e Traumatologia
CRM 2313-PI





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003685/2018-41

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Esp. pelo Registro: Francileude Lima Cordeiro

Data/Hora: 18/10/2018 - 16:02

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

QD 18 LOTE 18 CASA A, Nº:

Complemento

Data/Hora

18/04/2018 - 17:30

Bairro

PROMORAR

Ponto de Referência

BAR BACANA

481012

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA (28 ANOS)

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 3111000 SSP PI

Mãe: MARIA DE JESUS MENDES DA SILVA

Endereço: RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, Nº 2581

Bairro: SANTO ANTÔNIO

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

A VÍTIMA RELATA QUE TRAFEGAVA PELO ENDEREÇO SUPRACITADO CONDUZINDO UMA MOTO FLASH/MV TEEN 50, COR VERMELHA, PLACA OEF-3406-PI, DE PROPRIEDADE DE GEOVANEIDE NUNES DA SILVA, QUANDO AO REDUZIR A MARCHA E OLHAR PARA O LADO PERDEU O CONTROLE DA MOTO E CAIU, SENDO SOCORRIDA POR DANUCIA MARIA ALVES DA SILVA, RG: 5007740 SSP-PI, RESIDENTE NA QD 46 LOTE 19 CASA B, PROMORAR, E LEVADA À UPA-RENASCENÇA III, E DEPOIS TRANSFERIDA AO HUT (PRONTUÁRIO 278143). INFORMAÇÕES PRESTADAS DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA NOTICIANTE.

Francileude Lima
Francileude Lima Cordeiro - Mat. 1945629
AGENTE DE POLÍCIA

Jaionara da Cruz Mendes Barbosa
JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA (28 ANOS) - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Geovaneide Nunes da Silva,

RG nº 1.157.001, data de expedição 31/10/12

Órgão SSP/PI, portador do CPF nº 869.883.363-20, com

domicílio na cidade de Teresina, no Estado de

Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

R. Hensiquita Teixeira, nº 2581

complemento Santo Antonio, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima Jaionara da Luz Mendes Barbosa cujo o condutor era

Jaionara da Luz Mendes Barbosa

Veículo: moto

Modelo: FLASH/MV TEEN 50

Ano: 2012

Placa: 0EF-3U06

Chassi: 93FTN JX ACCM003507

Data do Acidente: 18.04.2018

Local e Data: Timon-MA 18/10/2018



Geovaneide Nunes da Silva
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Reconheço como verdadeira(s) a(s) assinatura(s):
Geovaneide Nunes da Silva
Em Testemunho [assinatura] da verdade:
Timon-MA, 18/10/2018
Jandaina Jansen Carneiro e Silva
Escritor

Cartório do 1º Ofício
TIMON-MA





Fundação Municipal de Saúde

SUS

17 577 205/0015 - 32
UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III -
CEP 64082-110
Teresina-PI



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA Renascença III	Para: HUT (ORTOPEDIA)
PACIENTE: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	Registro:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO TRAUMA CONTUSO JLEHO DIR OCORRIDO HOJE COM DOR LOCAL SEM DEFORMIDADE. RX JOELHO DIR COM FRATURA PLATO LATERAL DE TTO CIRURGICO. (S 82.1) ENCAMINHO AO HUT PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO.	
TERESINA-PI 18/04/2018 18:11	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

De:	Para:
DIAGNÓSTICO	
TERESINA-PI _/_/_	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo



CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
COMPROVANTE DE REGULACAO

AUTORIZAÇÃO: 198731825	Nº DA REGULAÇÃO: 23037
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 7823169 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENCA - (86) 3234-7074	
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 5828856 - HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	
PACIENTE: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	NASCIMENTO: 16/11/1989

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA: TRAUMA CONTUSO JOELHO D OCORRIDO HOJE COM DOR LOCAL SEM DEFORMIDADES RX JOELHO D COM FRATURA NO PLATO LATERAL DE TTO CIRÚRGICO.			
PROVAS DIAGNÓSTICAS: RX			
EXAMES SOLICITADOS:			
DIAGNÓSTICO(CID): FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA			
COMORBIDADE:			
PRESSÃO ARTERIAL:	FREQ. CARDÍACA:	SATURAÇÃO:	FREQ. RESPIRATÓRIA:
GLICEMIA:	NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:	USO DE O2:	
USO DROGAS VASOATIVAS:			
USO ANTIBIÓTICOS:			
USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:			

ATA: 18/04/2018 20:55:06

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO



UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

UPA
24h

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 18/04/2018 18:09:23
(User: DANILO MILHOLI)
(Estação: SERVIÇOSOCIAL)

Nome: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA		Prontuário: 116488
Mãe: MARIA DE JESUS MENDES DA SILVA		Pai: JOSE DA CRUZ BARBOSA
End.Resid.: RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, 2581 - SANTO ANTONIO - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 16/11/1989	Idade: 28a:5m:2d	Sexo: Feminino Fone: - -
Responsável: O MESMO		CNS: 706004871921941
Profissão:		Documento: RG: 3111000 - SSP
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Ignorado
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 261771	Entrada: 18/04/2018 16:41:15	Convênio: S U S
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR		

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresent:	Área Incidência:	Classificação:	Cor:
Intercorrências Clínicas	Músculo Esquelético	Edemas localizados.	Verde
Breve História Clas. Risco: paciente relata ter sofrido acidente d emoto pela manha referindo dor com edema em pé D			FRANCISCA NILMARA DA SILVA SALES COREN PI 200216 Em: 18/04/2018 17:04:19

Ass.Profissional Clas. Risco:

SSVV: (Hora: ____:____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: 0 bpm
Pressão: 0 mmHg			
DADOS CLÍNICOS: TRAUMA CONTUSO JLEHO DIR OCORRIDO HOJE COM DOR LOCAL SEM DEFORMIDADE			
Diagnóstico Inicial: Fratura da extremidade proximal da tibia			
EXAMES COMPLEMENTARES: RX JOELHO DIR COM FRATURA PLATO LATERAL DE TTO CIRURGICO			

CNPJ: 17.577.205/0015-32
UPA - RUA RIO VERDE, 2810
RUA RIO VERDE, 2810 - SANTO ANTONIO
TERESINA - PI - CEP: 64082-110
CONFERE COM O ORIGINAL

PRESCRIÇÃO MEDICA: 1. TALA TIPO TUBO MEMBRO ACOMETIDO 2. DIETA ORAL LIVRE 3. JELCO SALINIZADO 4. DAPIRONA 1 AMP EV 6/6 HORAS 5. TILATIL 40MG 1 AMP EV DIL 1X/DIA 6. SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS	DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT CONTEUDO NÃO VERIFICADO 19 NOV. 2018 CENTRO SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 463 Loja C Centro - Norte CEP: 64.002470
MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO: ENCAMINHADO PARA OUTRA UNIDADE	DATA: 19/04/18

Assinatura Paciente ou Responsável

DANILO MILHOLI CHAGAS
CRM PI 4437 Em: 18/04/2018 18:09:21





UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32



Ficha de Prescrição e Evolução Médica

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome:	JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	Prontuário:	116488	Local:	
Tipo Sanguíneo:		Peso (Kg):	0,00	Altura (M):	0,00
Fator RH:					

DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT	
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO	19 NOV. 2018
GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C Centro Norte CEP: 64.002470	

Consulta: 261771
18/04/2018 18:09:23

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

1. TALA TIPO TUBO MEMBRO ACOMETIDO
2. DIETA ORAL LIVRE
3. JELCO SALINIZADO
4. DIPIRONA 1 AMP EV 6/6 HORAS
5. TILATIL 40MG 1 AMP EV DIL 1X/DIA
6. SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS
7. MANTER EM OBSERVAÇÃO ATE TRANSFERENCIA HOSPITALAR (HUT)

HORÁRIO:

SINAIS VITAIS:

Dr. Leandro Vilhena, C.R.O.
C.R.O. PI 437 / C.R.O. MA 7098
ROR-11.862

Imamat
Confere Com o Original

CNPJ: 15.522.047/00035-19
UPA - RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810
Renascença III - CEP: 64.052-110
Teresina - Piauí

REGISTROS DE ENFERMAGEM:



Fundação Municipal de Saúde

SUS

17 577 205/ 0015 – 32
UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III –
CEP 64082-110
Teresina-PI



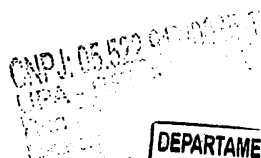
SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA Renascença III	Para: HUT (ORTOPEDIA)
PACIENTE: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	Registro:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO TRAUMA CONTUSO JLEHO DIR OCORRIDO HOJE COM DOR LOCAL SEM DEFORMIDADE. RX JOELHO DIR COM FRATURA PLATO LATERAL DE TTO CIRURGICO. (S 82.1) ENCAMINHO AO HUT PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO.	
TERESINA-PI 18/04/2018 18:11	Dr. Danilo Milholi Chagas Ortopedia e Traumatologia CRM-PI 4437 / CRM-MA 7098 TEOT 11.862 Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo

FICHA DE RETORNO

De:	Para:
DIAGNÓSTICO	
TERESINA-PI _/_/_	
Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo	

Conteúdo Original
franquet



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA** (Prontuário: 278143)
 Endereço: RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, 2581. - SANTO ANTONIO - TERESINA - PI CEP: 64000-000
 Nascimento: 16/11/1989 Idade: 28a6m12d Sexo: Feminino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 212580
 Requisição: 831043 Solicitação: 19/04/2018 Solicitante: BERGIEL BARBOSA BEZERRA
 Controle: 1027929 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 237 LEITO 253

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060125

Data Exame: 19/04/2018

JOELHO DIREITO

O estudo radiológico do joelho direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.
 Os seguintes aspectos observados:

- Controle pós-operatório.
- Fratura alinhada, com fixação metálica, na metáfise proximal da tibia.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

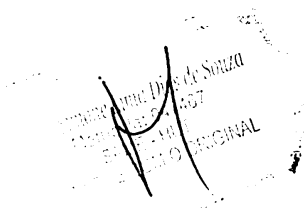
(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 28/05/2018

VERA LUCIA RIOS ARAUJO

CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727

Profissional Responsável





NOME DO PACIENTE: Jaiomara da Cruz M. Barbosa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 278143

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

DEPARTAMENTO DE SINISTROS DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
23 OUT. 2018
GENTE SÉGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende, 465 Loja C. Centro - Norte CEP: 64.002470



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

SUS SUS**BOLETIM DE ENTRADA - BE****DADOS DO PACIENTE:**

Nome: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA		Prontuário: 278143
Mãe: MARIA DE JESUS MENDES DA SILVA	Pai: JOSE DA CRUZ BARBOSA	
End.Resid.: RUA HENRIQUETA TEIXEIRA, 2581. - SANTO ANTONIO - TERESINA - PI - CEP: 64000-000		
Nascimento: 16/11/1989	Idade: 28a:5m:2d	Sexo: Feminino Fone: 86-99562-7209
Responsável: MELQUIADES NUNES DA SILVA		CNS: 706004871921941
Profissão: DO LAR		CPF: . . - * RG: 3111000 - PI
G. Instrução: Médio Completo		E.Civil: Casado(a)
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 660815	Data: 18/04/2018 23:25:34	Condução: AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE)
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S
Id.Trab.: Não	Trajetos?: Não	Tipico: Não
CID Secundário: V299		

DADOS CLÍNICOS:

PA <input checked="" type="checkbox"/> X mmHg				Pulso: _____	FC: _____ bpm	Temp.: _____
Diagnóstico Inicial:						CID:
CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:						
ALTA:						
() Melhorado		() Administrativa		() Retornar à Unid. Origem:		
() Curado		() Por Indisciplina		() Transferência:		
() Inalterado		() Por Evasão				
() A Pedido						
DESTINO:				DATA SAÍDA: / /		
() Até 24 Hs		() Família		() Internação na Unidade		
() De 24 a 48 Hs		() IML		Proced. Solicitado: 0309050551		
() Após 48 Hs		() Anat. Patol.		CID Compatível: 582.1		
				Prof. Solicitante		
				Internação:		

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:		DEPARTAMENTO DE SINISTROS	
		DPVAT	
		CONTEÚDO NÃO VERIFICADO	
		23 OUT. 2018	
		GENTE SEGURADORA S.A.	
		Rua Coelho da Rocha, 468 Loja C	
		Centro - Nona CEP: 64.002470	
		HORA:	

Melquiasdes N. da Silva
Assinatura Paciente ou Responsável

Dr. Bergiel Barbosa Bezerra
Carimbo- Assinatura Profissional - BE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA





No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	212580

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA				6 - Prontuário: 278143	
7-CNS: 706004871921941	8-Nascimento: 16/11/1989	9-Sexo: Feminino	RG: 3111000 - PI		
11-Mãe: MARIA DE JESUS MENDES DA SILVA			12-Fone: 86-99562-7209		
13-Resp: MELQUIADES NUNES DA SILVA			14-Cor: Preta		
15-Ender: RUA HENRIQUIETA TEIXEIRA, 2581. - SANTO ANTONIO - CEP: 64000-000					
16-Munic: TERESINA		17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-000	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

Sinais e sintomas clínicos:
 Fraqueza do plantar tibial
 dor

21 - Condições que justificam a internação:

ue justificam a internação:

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

23-Diagnóstico Inicial:

Fratura da extremidade proximal da tíbia

PROCEDIMIENTO SOLICITADO

Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:		Tomo 01	
0408050551 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL		3	
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.: 02 01 CPF 809.651.803-87	Dr. Bergiel Barbosa Bezerra ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PE 3500	
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: BERGIEL BARBOSA BEZERRA		34-Data Solicitação: 18/04/2018	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36-() Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Emissão:	41-Data:
37-() Acidente Trabalho Típico			
38-() Acidente Trabalho Trajeto	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CUBR:
45 - Vínculo com a Previdência:			
() Empregado	() Empregador	() Autônomo	() Desempregado
() Aposentado	INCAPACITADO SEGURADOR		

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:		47-Data Autorização: 16/05/18		DPVAT O DADO NÃO VERIFICA CPF: 03178.910-0 INSC: 999615000	
48-Documento:	49-Num. Documento:		50-Data de emissão (rg-Conselho) 23 UUI, 2018		
() CNS () CPF			51 - Assinatura Paciente ou Responsável: <i>Milquiesda N. da Silva</i>		
			Rua Coelho de Resende, 445 Lj Centro : Norte CEP: 64.0024 Impressão: 18/04/2018 23:34:05		



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 68623
	AIH: 2218100220369

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTAO SUS 706004871921941	NOME DO PACIENTE JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA	NASCIMENTO 16/11/1989	SEXO F	PRONTUÁRIO 278143
DOCUMENTO 8695627209	CPF 8695627209	NOME DA MÃE MARIA DE JESUS MENDES BARBOSA	RESPONSÁVEL MELQUIADES DA SILVA	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NUMERO / LOTE 2581
BAIRRO SANTO ANTONIO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS
PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM FRATURA DO PLANALTO TIBIAL.DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
CIRURGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS(RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
EXAME FISICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S821 -FRATURA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DA TIBIA	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
---	--------------------------	---------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO
0408050551 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL

LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) BERGIEL BARBOSA BEZERRA CPF: 80965180387
CARÁTER URGÊNCIA	DATA SOLICITAÇÃO 18/04/2018
DATA ADMISSÃO 18/04/2018 23:25	DATA ALTA 20/04/2018 10:00
MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS(ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO
----------------------	------------------------	----------------------	--------------	------------------------	---------------------	-------------	--------------------------

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NAO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) AARAO CRUZ MENDES CPF: 13178547304	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA CRM: DATA ANALISE: 18 04 2018 23:50:07
---	--

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

**DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT**

CONTEUDO NÃO VERIFICADO

23 OUT-2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 485 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

CENTRO CIRÚRGICO

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
23 OUT-2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 455 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 19 / 04 / 18

NOME DO PACIENTE:	Jacouara da Cruz Mendes Barbosa 278143	PRONTUÁRIO Nº	278143
DIAGNÓSTICO:	FMI - AUTO TBM	CIRURGIA:	MFC e PUL
ANESTESIA:	Rogue	Nº DA SALA:	05
CIRURGIÃO:	D. Lactse	CPF Nº:	
AUXILIAR:	Resid.	CPF Nº:	
ANESTESIA:	D. Aldo	CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Zaloué	CPF Nº:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI N° 24	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 7.5	PAR	06	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº	PAR		
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	14	
ALCOOL 70%	ML	50		PVPI DE GERMANIA	ML	150	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	150	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	80		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	03	
GASES	PAC.	03		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº 18	UNID.	01		Crepou 20cm	Unid	02	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON	2-0	03					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL	0	03		CIRCULANTE: Celia			
PROLENE							

DEPARTAMENTO DE SINISTROS	DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO	
23 OUT. 2018	
GENTE SEGURADORA S.A.	
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C	
Centro - Norte CEP: 64.002470	

MOD - 094





HO. AL DE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

Oto	PARTEAMENTO DE SINISTROS DPVAT
e Transm	CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
de Contingênc	23 OUT. 2018
do	INSTITUIÇÃO SEGURADORA S.A.
	Rua do Coelho de Resende, 465 Loja C
	Centro - Norte CEP: 64.002470



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM – PÓS – OPERATORIO – SRPA

NOME <u>Jaqueline</u>		IDADE <u> </u> anos	DATA <u>19/04/2018</u>	
HORÁRIO DE ADMISSÃO <u>11</u> hs <u>50</u> min		TIPO DE ANESTESIA: () GERAL () RAQUÍE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO		
CIRURGIÃO REALIZADA <u> </u>		CIRURGIÃO <u> </u>		

SINAIS VITAIS	HORÁRIO	
	ADMISSÃO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>118/66</u>	<u>122/74</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>99</u>	<u>100</u>
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)	<u>100%</u>	<u>97%</u>
TEMPERATURA AXILAR (O° C)		
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)		
NOME/ MATRÍCULA	<u>Jaqueline</u>	

ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK			ADMISSÃO		SAÍDA	
ATIVIDADE MUSCULAR	Movimenta os quatro membros	2	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Movimenta dois membros	1	1 <input checked="" type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
RESPIRAÇÃO	É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Tem apnéia	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CIRCULAÇÃO	PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	PA em 20-49% do nível anestésico	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CONSCIÊNCIA	Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Desperta, se solicitado	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Não responde	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
SATURAÇÃO O ₂	É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>

ESCALA DE DOR ADMISSÃO	TOTAL	ASS.
	<u>09</u>	<u>Jaqueline Alcântara do Prado</u> COREN-PI 312.232-ENF
		<u>Jaqueline Alcântara do Prado</u> COREN-PI 312.232-ENF

() Sonda Vesical		() Dreno de Sucção		() Dreno Torácico		() DVE		() Colostomia		SONDA: () NASOG () NASOE	
hs	mL	hs	mL	hs	mL	hs	mL				
hs	mL	hs	mL	hs	mL	hs	mL				

LUÇÃO DE ENFERMAGEM:

11:50 Admitida no SRPA em POF de 1150 cm para
prestar em jejum 12. Submetida a cirurgia. Consciente, hidratada,
resposta com 100% de SatO₂. FO anestesia limpa. monitor

13:30 Recebe alta anestesia, vital.

Jaqueline Alcântara do Prado
COREN-PI 312.232-ENF

Jaqueline Alcântara do Prado
COREN-PI 312.232-ENF

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
23 OUT. 2018

AGENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

Dra. Diabla Brasil
MÉDICA ANESTESIOLOGA
CRM PI - 5018

HORÁRIO

ANESTESIOLOGISTA

ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS []

POSTO: [] 1 [] 2 [] 3 [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] 4 [] QUEIM. CLÍNICA: [] PED [] JORT [] NEU [] CIR []





PRESCRIÇÃO MÉDICA

Jaime da Cruz Mendes

NOME DO PACIENTE	PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENE ou APT.	LEITO
Jaime da Cruz Mendes					
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES	ALERGIAS		MÉDICO ASSISTENTE/ESPECIALIDADE		
PRESCRIÇÃO MÉDICA			OBSERVAÇÕES		
DATA 28/05/19 HORA: 18h					
1 - Dieta geral					
2 - SF 0,9% 500ml EV de 12/12h					
3 - Dipirona 01 amp + ADEV 6/6h					
4 - Tenoxicam 20mg + ADEV 12/12h					
5 - Ranitidina 50mg + ADEV 8/8h					
6 - Plasil 01 amp + ACEV 8/8h					
7 - CCGG + SSVV					
8 - Cleare 40mg 1 cap 5x					
Dr. Bergiel Barbosa			ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA		
CRM-PI (2509) SBT 19306			CRA-PI 35001		
210-156 Frontiers			TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA		
CRM-PI (2509) SBT 19306					
DEPARTAMENTO DE SINISTROS					
DPVAT					
CONTEUDO NÃO VERIFICADO					
23 OUT 2018					
GENTE SEGURADORA S.A.					
Rua Coelho de Resende, 455 Loja C					
Centro - Niterói CEP: 84.002470					

MÉDICO/CRM:

Mod: 007

FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE				Nº DE REGISTRO		
NOME DO PACIENTE: <u>Fonseca Joana Maria Costa</u>						
DATA: <u>21/07/18</u>	P. ARTERIAL: <u>15x75</u>	PULSO: <u>75</u>	RESPIRAÇÃO: <u>16</u>	TEMPERATURA: <u>36,5</u>	PESO: <u>88</u>	ALTURA: <u>1,60</u>
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICOSE	DOS. UREIA
EXAMES DE URINA: <u>Wt</u>						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA: <u>Wt</u>						
SISTEMA CIRCULATÓRIO: <u>Wt</u>				ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO: <u>Wt</u>				ASMA		BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO: <u>Wt</u>				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL: <u>Calma, sem dor</u>				CORTICOIDES		OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>Fração femur L.D.</u>				FÍSICOS		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS		EFEITOS
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO			TOTAL DE DOSES	
1		2			1. <u>Propofol 1</u>	
2		3			2. <u>Arteson 100mg</u>	
3		4			3. <u>Clonazepam 2mg</u>	
SO-UTO 500		5			4. <u>Clonazepam 2mg</u>	
400		6			5. <u>Clonazepam 2mg</u>	
SANGUE 300		7			6. <u>Clonazepam 2mg</u>	
200		8			7. <u>Clonazepam 2mg</u>	
OUTROS 100		9			8. <u>Clonazepam 2mg</u>	
TEMPERATURA T		10			9. <u>Clonazepam 2mg</u>	
P. ARTERIAL		11			10. <u>Clonazepam 2mg</u>	
V. O		12			11. <u>Clonazepam 2mg</u>	
PULSO		13			12. <u>Clonazepam 2mg</u>	
INÍCIO E FIM ANESTESIA X		14			13. <u>Clonazepam 2mg</u>	
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		15			14. <u>Clonazepam 2mg</u>	
RESPIRAÇÃO O		16			15. <u>Clonazepam 2mg</u>	
SÍMBOLOS		17			16. <u>Clonazepam 2mg</u>	
TÉCNICAS		18			17. <u>Clonazepam 2mg</u>	
OPERAÇÕES		19			18. <u>Clonazepam 2mg</u>	
CIRURGIÕES		20			19. <u>Clonazepam 2mg</u>	
ANESTESISTAS		21			20. <u>Clonazepam 2mg</u>	
PARTICULARIDADES		22			21. <u>Clonazepam 2mg</u>	
MOD 76 - HUT		23			22. <u>Clonazepam 2mg</u>	

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
 CONDICÕES POS-OPERATÓRIAS
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
 23 OUT. 2018
 GENTE SEGURADORA S.A.
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
 Centro - Norte CEP: 64.002470



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente <i>Francisca Janaina Mendes Costa</i>		
Diagnóstico pré-operatório <i>F.M.T. dist. Femur</i>		
Operação - Tipo <i>R.A.F.T.</i>		
Cirurgião <i>Dr. Fernando</i>	1º Assistente	
2º Assistente	3º Assistente	
Instrumentador(a) <i>Rose</i>	Anestesista <i>Dr. Thiago</i>	Anestesia <i>Reopne</i>
Anestésico(a)		
Data da Operação	Início	Fim
Diagnóstico Pós-operatório		

Relatório imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

Quebra de 1 parafuso intra-op.

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- 1) *1ª e 2ª D.O. sob M.A. e esteriliz.*
- 2) *Preparo hab. local*
- 3) *Via lateral + dissecação*
- 4) *Redução*
- 5) *F. ação cl. placa + parafuso*
- 6) *Lavagem cl. SF 0,9%*
- 7) *Sutura*
- 8) *Curação*

Dr. Fernando C. de Oliveira
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI 3447 - TEOT 11313

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO
23 OUT. 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

Mod. 76 HUT



FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE				Nº DE REGISTRO		
NOME DO PACIENTE: <u>Francisco Jacoene Mendes Costa</u>						
DATA: <u>27/07/18</u>	P. ARTERIAL: <u>13x75</u>	PULSO	RESPIRAÇÃO: <u>18/min</u>	TEMPERATURA: <u>36,5</u>	PESO	ALTURA
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA
EXAMES DE URINA						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA						
SISTEMA CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO				ASMA		BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL				CORTICOIDES		OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				FÍSICOS		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS		
TOTAL DE DOSES						
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO			1. <u>Musculin 100mg + 100mg</u>		
LÍQUIDOS	SO-UTO 500			2. <u>Anestesia 100mg + 100mg</u>		
	SANGUE 300			3. <u>Cloruro de Potássio 200mg</u>		
	OUTROS 100			4. <u>Cloruro de Sódio 100mg</u>		
TEMPERATURA T	38			5. <u>Cloruro de Cálcio 100mg</u>		
P. ARTERIAL V O PULSO				6. <u>Cloruro de Magnésio 100mg</u>		
INÍCIO E FIM ANESTESIA X				7. <u>Cloruro de Sódio 100mg</u>		
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO				8. <u>Cloruro de Sódio 100mg</u>		
RESPIRAÇÃO O				9. <u>Cloruro de Sódio 100mg</u>		
SÍMBOLOS				DURAÇÃO: <u>1 hora</u>		
TÉCNICAS				INCIDENTE - ACIDENTE		
OPERAÇÕES						
CIRURGIÕES						
ANESTESISTAS						
PARTICULARIDADES						

Thiago Mendes Barbosa
MÉDICO ANESTESIOLOGISTA
CRM-PR 5187

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
23 OUT 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002470

MOD 76 - HUT



**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Nº ORDEM.....: 707032689**NOME.....:** JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA**MÉDICO SOLIC:****DATA LAUDO....:** 06/06/2018**CONVÊNIO:** SUS**DATA REALIZ:** 04/06/2018**IDADE:** 28 anos**CRM:** -PI**CÓDIGO:** 34380**RX JOELHO DIREITO**

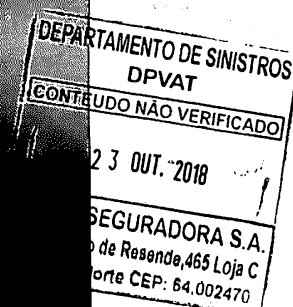
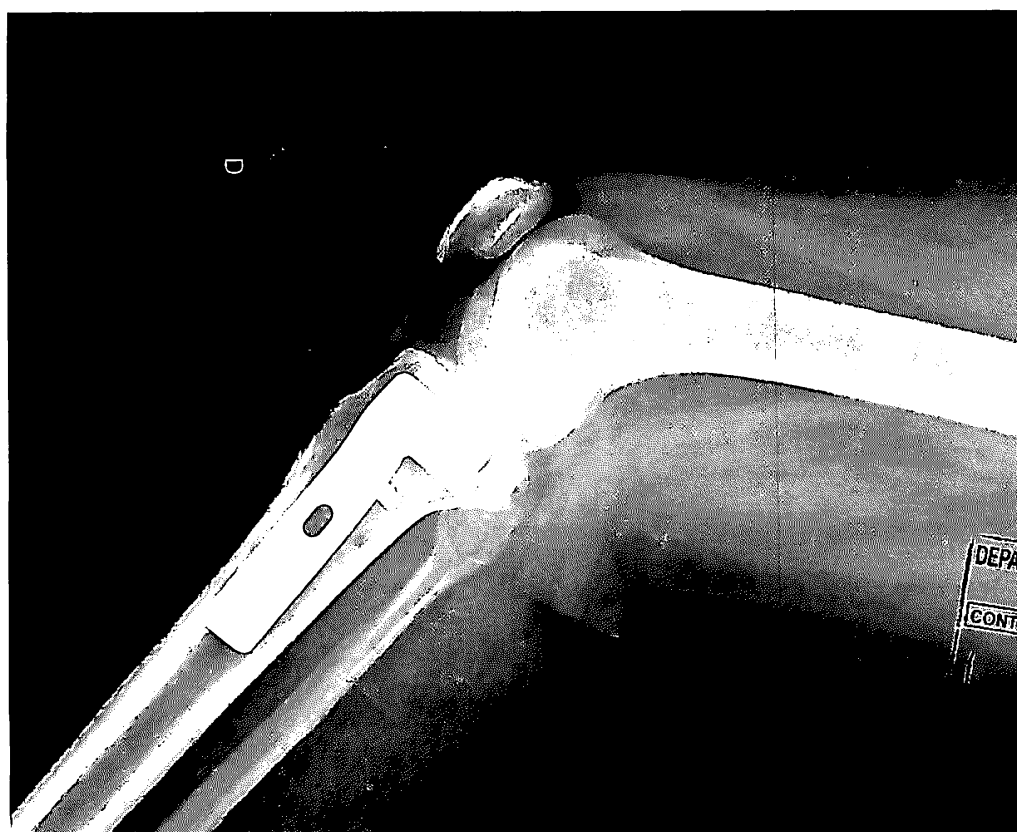
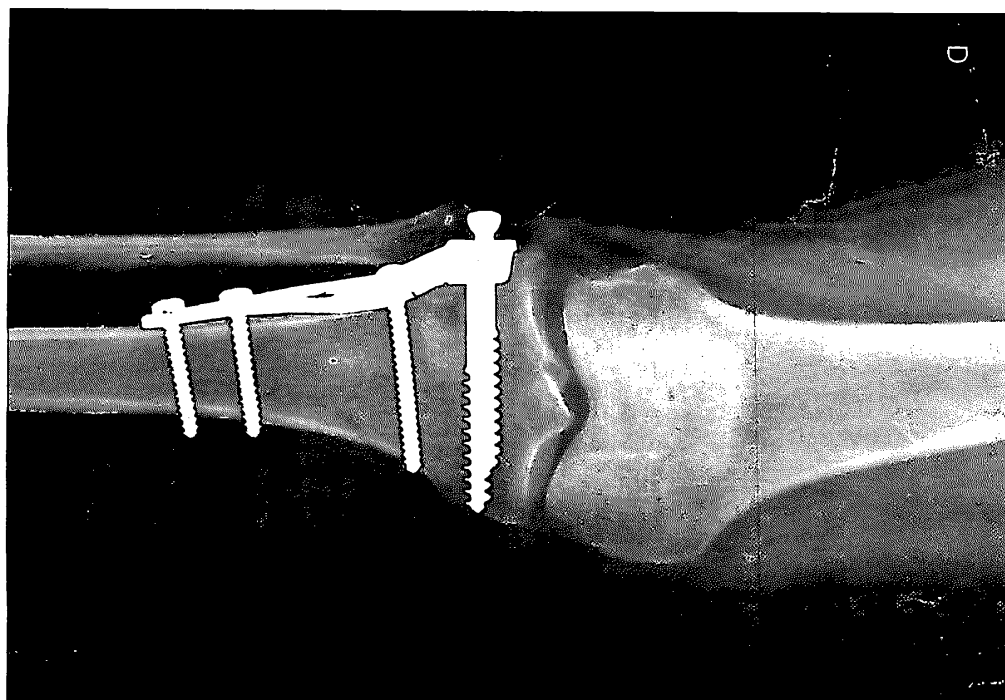
O estudo radiológico do joelho direito realizado nas incidências em AP e perfil demonstra:

- Fratura no platô tibial comprometendo a superfície articular fixada com placa e parafusos metálicos.
- Aumento de partes moles.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA**Controle ortopédico.****IVAN FONTENELE GOMES
CRM-2426-PI**Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520



HPM/PI
JANUARIA DA CRUZ MENDES BARBOSA
Idade: 028Y
Sexo: F



WC: 1856
WW: 4676

Guest
Exame: 04/06/2018 Hora: 16:58



Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA**

Nº Sinistro: **3180498884**

Vítima: **JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA**

Data do Acidente: **18/04/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180498884**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13512063

Pag. 01983/01984 - carta_01 - INVALIDEZ



00020992



Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA

Nº Sinistro: 3180498884
Vítima: JAIONARA DA CRUZ MENDES BARBOSA
Data do Acidente: 18/04/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Assunto: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA

Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, foi feita a reanálise médica do seu pedido de indenização por invalidez permanente, cadastrado sob o **número de sinistro 3180498884**.

Como a documentação apresentada não indica a existência de novas lesões permanentes ou de agravamento daquelas já indenizadas em decorrência do acidente sofrido, o seu pedido de reanálise foi encerrado e o valor indenizado mantido, conforme legislação vigente.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01013/01014 - carta_09 - INVALIDEZ



Carta nº 13632313

